

Ulysses critica poder imperial

Amc P-2 JORNAL DE BRASÍLIA

28 MAI 1987

Com Sarney fora, Covas faz visita ao Palácio

“Não se mede o apoio de um partido pelo número de ministérios que ele tem. Se mede com o atendimento das reivindicações e apoio a linha política desse partido”. A frase é do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que aproveitou a investidura de Ulysses Guimarães na Presidência da República, para fazer uma visita ao Palácio do Planalto, onde compareceu apenas uma vez depois de escolhido líder na Constituinte. A frase de Covas foi em relação a participação no PMDB no ministério e a disputa por maior presença.

O líder disse ainda que é correligionário do presidente José Sarney, a quem visitou oficialmente, assim que assumiu o posto “voltarei a visitá-lo, caso haja necessidade. Nada tenho contra o presidente” afirmou Covas, pretendendo eliminar qualquer insinuação de ser retaliação política ao presidente Sarney, a sua presença no Planalto. Quanto à justificativa para sua presença (com direito a entrada pela porta dos fundos) Covas esclarece que tem muitos anos de convivência com Ulysses Guimarães e veio dar um abraço no mesmo, no momento em que ele está exercendo a presidência. “Foi uma visita ao companheiro”.

Mário Covas veio acompanhado dos vice-líderes Antônio Perosa (SP), Antônio Brito (RS), Robson

Marinho (SP) e Paulo Macarini (SC), que segundo ele, também vieram abraçar Ulysses e conversar sobre alguns problemas a nível de Constituinte e PMDB. Sobre a Constituinte, Covas só fez elogios, dizendo que a mesma está dentro dos prazos e que se orgulha de estar participando de momento tão importante. Quanto a ter a Constituinte um perfil conservador, o líder Mário Covas disse que surgirão mudanças, tanto a nível das subcomissões onde houve propostas progressistas, como nas que os relatórios e anteprojatos representaram um retrocesso. Lamentou o que aconteceu nas Subcomissões da Reforma Agrária e da Ordem Econômica, mas disse que na Comissão Temática e na Sistematização, espera que as mudanças aconteçam. “A tendência — disse Covas — é encontrar um ponto médio das idéias políticas se de cada um dos constituintes”.

Sobre a substituição da deputada Cristina Tavares no cargo de relatora da Subcomissão da Ciência, Tecnologia e da Comunicação, Covas voltou a afirmar que a deputada pernambucana estará na Comissão de Sistematização. “A subcomissão terminou suas tarefas. Quem indica nomes é a liderança do PMDB”.

Adulterado e imperial. Foram estes os adjetivos usados pelo deputado Ulysses Guimarães, no exercício da presidência da República, para definir o sistema presidencialista brasileiro. Ele afirmou ainda que a decisão sobre o sistema de Governo a ser praticado no Brasil é a mais grave a ser tomada pela Assembleia Constituinte e, referindo-se ao resultado da Comissão de Organização de Estado, que fixou em cinco anos o mandato de presidente da República, afirmou que a matéria “é suscetível de interpretação”.

Em longa entrevista concedida no segundo andar do Palácio do Planalto, o presidente em exercício reafirmou ser presidencialista e, chamando atenção dos jornalistas, disse: «Eu repito, eu digo para vocês o seguinte: é a decisão mais grave que será tomada pela Assembleia Nacional Constituinte, a decisão sobre sistema de governo. A mais grave de todas, porque o governo tem que prestar, precisa ser bom. Se o governo estiver estruturalmente mal articulado, evidentemente, uma crise será muito perigosa para o país. Então é preciso, e eu sei que eles estão fazendo isso, que os constituintes se debruceem com empenho sobre o assunto, que analisem com profundidade esta questão que é a mais séria».

O deputado Ulysses Guimarães — que ontem atingiu a marcação de terra — presidente — sempre lembrando que é um presidencialista, afirmou que este sistema é o melhor para países como o Brasil, cujo Legislativo é heterogêneo, lembrando ainda que o sistema

híbrido, ou dual, pode provocar crises, a exemplo do que ocorre com o sistema de coabitação praticado na França.

«O presidencialismo — disse o presidente em exercício — está na cultura brasileira. Acho ainda que um Executivo heterogêneo como no Brasil, o sistema deve ser presidencialista. O sistema parlamentarista deve ser melhor ajustado nos países industrializados, homogêneos, não em países com carências, como é o caso do Brasil. Agora entendo que se deve melhorar a atuação do parlamento brasileiro».

«No caso do Brasil — continuou Ulysses — não é o presidencialismo que está errado. É o presidencialismo praticado no Brasil. Presidencialismo adulterado. Presidencialismo imperial, em que o Congresso não tem a posição do Congresso Americano. O nosso Congresso precisa realmente firmar sua independência. Não se acaudilhar, não ficar enfeudado no Executivo. O mesmo acontece na corte suprema, no Judiciário: deve ter a posição da suprema corte americana. De modo que eu que se pode reabilitar o presidencialismo no Brasil; fortalecendo o Legislativo e o Judiciário. Há idéias para isso».

Ele não quis se pronunciar sobre a decisão do mandato de cinco anos, definido pela comissão de Organização de Estado, da Assembleia Constituinte, dizendo apenas que «se não houve discriminação entre esse governo e os outros, a matéria é suscetível de interpretação. É para todos os governadores (sic). Isto é um assunto que deve ser debatido no trânsito das comissões».

Planalto altera sua rotina

Durou pouco mais de 12 horas o mandato presidencial do deputado Ulysses Guimarães. Mas em 12 horas, o Palácio do Planalto viveu um clima diferente, mais descontraído, parecendo até que o PMDB estava efetivamente no governo. Deputados do PMDB visitavam o Palácio e subiam tranquilamente, fora da agenda, para falar com o presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte que ocupava pela quarta vez a Presidência da República.

Ulysses ouviu ministros, falou com interinos, como o embaixador Paulo de Tarso Flexa Lima, (que substituiu Abreu Sodré) e, para não passar em branco, assinou onze decretos, deixando sua marca em

Exército faz hoje avaliação da conjuntura

Uma avaliação da conjuntura nacional sob o ponto de vista político será feita hoje e amanhã pelo alto comando do exército. A reunião tratará também de outros assuntos relativos a força terrestre, como a evolução do programa FT-90, que pretende criar um esboço de exército moderno até 1990, e a continuação do projeto calha norte, de ocupação de 3 mil quilômetros de fronteira amazônica.

A avaliação política da conjuntura nacional foi confirmada, no início do mês, pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Foi durante a cerimônia de posse do novo chefe de Estado-Maior da Armada, almirante de esquadra Mário Hermes. Na época, Leônidas não entrou em maiores detalhes sobre o conteúdo político do encontro dos generais de quatro estrelas da força terrestre.

documentos oficiais da República. Até Mário Covas, que está agastado com o presidente Sarney, veio visitar o presidente do seu partido. Chegou, com direito a comitiva e recepção da imprensa. Para os jornalistas, a presença de Ulysses Guimarães significou a realização de uma entrevista coletiva, (que vem sendo constantemente solicitada ao presidente titular) e a volta ao terceiro andar. Lembrando os tempos do Plano Cruzado I, quando se podia tudo em nome da popularidade presidencial, os jornalistas subiram escadas, rampas e foram até o gabinete presidencial quando da visita de Mário Covas. Hoje, com o retorno de Sarney e seus assessores, o Palácio volta ao regime de portas fechadas.

Campos Paiva apóia mandato de cinco anos

São Paulo — O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), general Campos Paiva, reafirmou ontem seu integral apoio aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Segundo ele, a legislação em vigor determina que o mandato presidencial é de seis anos, mas se o presidente Sarney comunicou à nação brasileira que pretende cumprir apenas cinco anos é seu direito de opção e só resta agora à Assembleia Nacional Constituinte acatar a decisão e votar estabelecendo a duração do mandato até 1990.

A obediência à lei é o ponto fundamental — afirmou o general Paiva.

Ao ser indagado se não considerava que o presidente Sarney se antecipou à decisão soberana da Constituinte ao fixar o seu mandato em cinco anos, o chefe do Emfa recusou-se a responder: “Não respondo a esse tipo de pergunta” — afirmou. “Não é ético”.